



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(EIXO JUSTIÇA AMBIENTAL)

Serviço Social, Evidências e Expressões do Antropoceno nos territórios indígenas no litoral norte da Paraíba

Thierry Padilha Freire Vieira¹
Emanuel Luiz Pereira da Silva²

Resumo: Este artigo, de autoria indígena, tem por objetivo analisar os desdobramentos da crise civilizatória no território Potiguara, localizado no litoral norte da Paraíba, articulando essa reflexão ao campo do Serviço Social e à questão social no contexto do Antropoceno. A investigação busca compreender como as transformações estruturais do capitalismo global se manifestam em escala local, afetando os modos de vida e as relações socioterritoriais nas comunidades indígenas, destacando-se, os fenômenos socioambientais ocorridos na Aldeia Forte, na qual os impactos climáticos tornam-se evidentes através da elevação do nível do mar. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, o estudo adota uma abordagem qualitativa que possibilita a apreensão da realidade Potiguara sob uma óptica crítica, histórica e totalizante. Os resultados apontam que a crise civilizatória vivenciada no território indígena constitui-se como expressão do colapso ambiental global, manifestado pela reestruturação produtiva imposta pela expansão do monocultivo canavieiro e da prática da carcinicultura, com rebatimentos no aprofundamento das desigualdades sociais e ambientais. O avanço dos oceanos representa outra expressão concreta da crise em curso, cujos efeitos têm acarretado às famílias indígenas perdas materiais e simbólicas, com incidência sobre os vínculos socioterritoriais e culturais historicamente constituídos. Ademais, o estudo indica a necessidade de o Serviço Social compreender a questão social não apenas como um fenômeno das contradições econômicas do capital, mas como uma questão de ordem ambiental, civilizatória e ontológica.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão socioambiental. Antropoceno. Povo Potiguara.

Abstract: This article, authored by an indigenous person, aims to analyze the unfolding of the civilizational crisis in the Potiguara territory, located on the northern coast of Paraíba, articulating this reflection with the field of Social Work and the social question in the context of the Anthropocene. The investigation seeks to understand how the structural transformations of global capitalism manifest themselves on a local scale, affecting the ways of life and socio-territorial relations in indigenous communities, highlighting the socio-environmental phenomena occurring in the Forte Village, where climatic impacts become evident through the rise in sea level. Grounded in historical-dialectical materialism, and conducted through bibliographic and field research, the study adopts a qualitative approach that allows for the apprehension of Potiguara reality from a critical, historical, and holistic perspective. The results indicate that the civilizational crisis experienced in indigenous territory constitutes an expression of the global environmental collapse, manifested by the productive restructuring imposed by the expansion of sugarcane monoculture and shrimp farming, with repercussions in the deepening of social and environmental inequalities. The advance of the oceans represents another concrete expression of the ongoing crisis, whose effects have caused material and symbolic losses to indigenous families, impacting

¹Indígena Potiguara; Especilista Indígenimos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba; Pesquisador do Núcleo de Estudos e pesquisa em Política Social NEPSS/UFPB; Membro da Articulação Brasileira de Serviço e Povos Indígenas.

² Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba; Vice-líder do Núcleo de Estudos e pesquisas em Política Social NEPSS/UFPB; Pesquisador Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq nível C.



historically constituted socio-territorial and cultural bonds. Furthermore, the study indicates the need for Social Work to understand the social question not only as a phenomenon of the economic contradictions of capital, but as a question of environmental, civilizational, and ontological order. historically constituted socio-territorial and cultural bonds. Furthermore, the study indicates the need for Social Work to understand the social question not only as a phenomenon of the economic contradictions of capital, but as a question of environmental, civilizational, and ontological order.

Keywords: Social Work. Socio-environmental issue. Anthropocene. Potiguara people.

1. INTRODUÇÃO

Tecer a respeito dos dobramentos incutidos nas dimensões sociais é um exercício desafiador que requer do pesquisador um olhar crítico e atento aos fenômenos encobertos pelos fios invisíveis que compõem a tessitura da realidade. Para tanto, é necessário desnaturalizar o que é naturalizado — isto é, olhar para além do aparente, trata-se do estranhamento e o questionamento do que está posto, bem como da problematização da realidade concreta interrogando criticamente sobre o presente e o passado.

A realidade, enquanto uma construção social histórica, é a ligação complexa entre as vidas no âmbito individual e o curso da história mundial, constituída por conexões históricas e macrossociais que se realizam em nível local. É, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva, o que exige do pesquisador uma sensibilidade teórico-crítica capaz de apreender as assimetrias sociais produzidas pelas transformações estruturais (Mills, 1969).

A estrutura social, por sua vez, integra o próprio funcionamento do sistema societário, sendo intrínseca à sua configuração. Ela opera como um conjunto articulado de padrões econômicos, políticos, religiosos e culturais que orientam o modo de ser e existir dos sujeitos na sociedade. Esses padrões definem o sentido da vida social e os objetivos que a organizam, condicionando a forma como as relações sociais se constituem e se reproduzem na realidade concreta.

Nesse sentido, analisar o Serviço Social e as expressões da questão social no antropoceno significa compreender este processo como um fenômeno de ordem ambiental, civilizatória e ontológica e não apenas como uma expressão resultante das contradições econômicas do capital, mas, sobretudo, como um complexo conjunto dos desdobramentos sociais configurados pela sociabilidade capitalista. Por outro lado, é necessário apreendê-la como objeto indissociável do Serviço Social, no qual o assistente social atua na mediação de suas manifestações por meio das políticas sociais, orientado por um projeto ético-político pautado na defesa intransigente dos direitos humanos e na emancipação social e política das classes historicamente subalternizadas.

Para este estudo, o materialismo histórico-dialético foi o método adotado para a apreender as realidades, emulando a contradição e o conflito, sob a óptica totalizante como forma de contemplar o movimento histórico e dialético que permeia o chão concreto de vivência das populações indígenas. Trata-se assim, de uma pesquisa de natureza qualitativa, que aborda o universo das aspirações, dos motivos, dos significados, das atitudes e dos valores incutidos no



contexto socioterritorial dos povos originários. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfica e de campo, dedicando-se na compilação, análise e sistematização de dados primários e secundários de fontes oficiais e extras oficiais.

Este estudo, portanto, não se propõe a apreender a crise civilizatória instaurada pelo modo de produção capitalista em escala global, mas a examinar seus desdobramentos concretos em nível local, articulando a análise ao campo do Serviço Social e à questão social à luz do materialismo histórico dialético. Busca-se, assim, compreender como as grandes transformações estruturais do capitalismo mundial repercutem sobre o território Potiguara, localizado no litoral norte da Paraíba, evidenciando as expressões das assimetrias socioambientais emergentes das contradições da sociabilidade capitalista.

Embora o estudo ainda se configure como embrionário, o que significad~~a~~a que está em processo de desenvolvimento, ele presta uma contribuição significativa para o Serviço Social ao abordar um campo pouco explorado pela área.

2. O SERVIÇO SOCIAL NO ANTROPOCENO

A gênese do Serviço Social brasileiro, como é sabido e amplamente debatido no âmbito da profissão, emerge sustentada por concepções morais e religiosas, de cunho caritativo, pautadas na culpabilização e no ajustamento dos indivíduos, aos moldes da sociedade capitalista. Decerto que tal ajustamento refere-se a condutas incompatíveis com a lógica do desenvolvimento no capitalismo, sobretudo no caso de sujeitos historicamente explorados e subalternizados pelas elites constituídas nesse sistema econômico e social, que se organiza para manter e intensificar a expropriação da força de trabalho necessária para a produção e reprodução da mais-valia.

A análise do processo histórico de constituição da profissão no Brasil revela que suas bases se estruturam vinculadas às iniciativas da Igreja Católica, com fortes influências do Serviço Social franco-belga, difundidas por meio do movimento de ação social e da ação Católica junto às famílias operárias, configurando-se como elemento estratégico para a qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina (Iamamoto, 2019). Nesse contexto, entre os anos de 1936 e 1945, surgem as primeiras escolas de Serviço Social, fundamentadas nos dogmas católicos com rápida expansão por todo o território nacional.

Esses elementos indicam, e simultaneamente reafirmam que a gênese do Serviço Social brasileiro possui um caráter conservador, estreitamente vinculado à burguesia e voltado para os ditames do sistema capitalista. Assim, ao passo que evidenciava uma inclinação para os objetivos da economia, a profissão surge como estratégia de fortalecimento e revitalização do controle da Igreja sobre a sociedade, diante do declínio de seu poder no cenário de ascensão do capitalismo.

Todavia, vale ressaltar que essa não é uma particularidade do Brasil; ao contrário, o caráter conservador esteve e ainda está presente na constituição da profissão em diferentes



contextos. Nessa direção, como destaca Iamamoto (2019), o Serviço Social brasileiro se consolida como profissão no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho no pós Segunda Guerra Mundial, durante os chamados “anos gloriosos”, período marcado pela estruturação do Estado de bem estar social na Europa. Esse cenário também coincide com o início da denominada “Grande Aceleração” – expressão adotada por estudiosos do sistema terrestre para descrever a mais rápida e brusca mudança na relação homem-natureza. Trata-se de uma fase caracterizada por um crescimento econômico acelerado e por uma devastação ambiental sem precedentes, inaugurada na passagem desse marco histórico.

Essa é uma época de hegemonia do capital industrial, orientada pelo modelo fordista-taylorista e marcada pela expansão da economia monopolista, caracterizada por um crescimento vertiginoso das atividades humanas e pelo simultâneo impacto e transformação em nível global da Terra, evidenciados pela potencialização das emissões de gases de efeito estufa, pela devastação dos ecossistemas e pela intensificação da pressão antrópica sobre a natureza, decorrente do consumo crescente de energia em uma busca ilimitada por desenvolvimento.

As transformações em curso atravessam as esferas socioeconômicas e biofísicas, engendrando reconfigurações estruturais que extrapolam a dimensão climática. A “Grande Aceleração” revela, em seu verso, não apenas a devastação e mercantilização dos bens naturais, mas, sobretudo, o aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza, materializados na realidade concreta pelo aumento do desemprego, pela precarização e desproteção do trabalho, pela espoliação de direitos e pela intensificação da concentração territorial e da riqueza.

Subjacentes tais mudanças, os produtos – substância comum do trabalho humano – adquirem valor, cuja expressão se realiza no valor de troca, forma social em que o valor se manifesta, convertendo os frutos da incidência do homem sobre a natureza em mercadoria. No instante em que o capitalismo se estabelece como estrutura central da sociedade, os atores sociais transformam-se em trabalhadores assalariados, a organização social é ordenada em classes (dominante e dominada) e o uso da terra é reconfigurado como plataforma econômica.

Nesse sentido, conforme destaca Mills:

Quando uma sociedade se industrializa, o camponês se transforma em trabalhador; o senhor feudal desaparece, ou passa a ser homem de negócios. Quando as classes ascendem ou caem, o homem tem emprego ou fica desempregado; quando a taxa de investimento se eleva ou desce, o homem se entusiasma, ou se desanima (MILLS, 1969. p. 9)

Isso significa que as alterações estruturais em escala global exercem influência direta sobre os modos de ser e existir, por meio das quais as relações dos atores sociais são condicionadas, ainda que também possam influenciá-las. Assim, as causas percebidas nos ambientes em escala local são, em certa medida, resultantes das modificações estruturais mais amplas.

Os efeitos desses processos, manifestam-se em questões de ordem social, expressas na sociedade como problemas individuais. O crescimento da pobreza, das desigualdades, da violência, do desemprego e de uma série de outras expressões da questão social relaciona-se



intrinsecamente às transformações ocorridas nas instituições econômicas e políticas, pilares das estruturas sociais da sociedade moderna.

O capital, enquanto modo de ser – uma relação social – cuja a existência depende da apropriação do trabalho e do lucro que dele extrai, organiza a sociedade em classes, estruturando as relações por meio da subordinação e da exploração. Essa lógica mantém profunda conexão com as grandes modulações estruturais ocorridas nas sociedades, atravessando as múltiplas formas de sociabilidade humana e repercutindo nas condições materiais e imateriais de reprodução da vida.

A questão social constitui a forma como as contradições se revelam na realidade concreta, expressando-se como efeitos do modelo produtivo e de consumo que estrutura a sociedade na modernidade. Ela decorre do modo como opera o sistema capitalista, sustentado pela apropriação privada do trabalho coletivo e pela acumulação da riqueza socialmente produzida. O processo de acumulação capitalista, ao se realizar, produz simultaneamente a aglutinação da riqueza e da pobreza em polos antagônicos – contradição necessária para a manutenção desse sistema econômico e social.

Entretanto, é por meio das relações sociais que o capitalismo cria novas formas de sociabilidade, engendra novas necessidades e desenvolve novas forças produtivas sociais do trabalho, cujo processo aprofunda as desigualdades e modifica a relação dos grupos e classes sociais entre si e com a natureza, ao mesmo passo que a transforma de maneira drástica. De acordo com Iamamoto (2019), no movimento das sociedades, são criadas novas relações que se reproduzem em seu interior. Esse processo expressa a reprodução das relações sociais e da própria sociedade, de suas modulações e contradições, envolvendo o cotidiano da vida social.

Nesse ir e vir, a relação material e orgânica entre o ser humano e a natureza torna-se distorcida e alienada, rompendo o equilíbrio natural e necessário à vida humana – fenômeno que Marx (2023) denomina *ruptura metabólica*, provocado pelo modo de produção capitalista por meio da reconfiguração do trabalho. Com essa ruptura, a natureza deixa de ser concebida como elemento de equilíbrio e passa a ser apropriada como fonte de extração e acumulação, inserida na lógica produtiva e mercantil que rege o capital, sustentada pela exploração e pela degradação ambiental.

É indubitável que a relação entre a economia capitalista e a natureza é mediada por uma racionalidade orientada pela busca incessante da valorização do capital, ainda que à custa do esgotamento dos recursos não renováveis e da acentuação da poluição ambiental. Como expressão concreta desse processo, observa-se o agravamento das crises climáticas e ecológicas nas últimas décadas. O aumento da temperatura média global – que passou de 1,2°C para 1,7°C nos últimos dez anos – ilustra a aceleração do aquecimento global em decorrência da expansão do modo de produção capitalista. A lógica de acumulação do capital constitui, assim, a força motriz por trás das transformações produtivas e tecnológicas – e, por que não dizer, do colapso socioambiental – cujas raízes históricas remontam à Revolução Industrial (Angus, 2021).



Nesse sentido, a crise ecológica revela-se também como uma crise social. A destruição da natureza ocorre por ser lucrativa para um determinado grupo ou classe, revelando que o impasse ambiental não se restringe às questões climáticas, mas corresponde igualmente ao aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas. A expansão dos moldes industriais nos países de capital hegemônico evidencia que a exploração da natureza está intrinsecamente articulada às transformações nos processos produtivos, à separação dos trabalhadores dos meios de produção e à conversão dos meios de subsistência em capital, transformando os produtores em trabalhadores assalariados. Esse processo consiste na expropriação dos meios de produção e da força de trabalho das classes subalternas, (re)produzindo e ampliando, em escala global, as desigualdades entre os países e no interior deles.

A questão social, portanto, manifesta-se como expressão concreta da relação entre a exploração do trabalho e a expropriação da natureza, situando-se no cerne da ruptura metabólica que marca a consolidação do modo de produção capitalista como eixo estruturante que movimenta as sociedades. O impasse climático afeta o globo como um todo; contudo, seus impactos variam conforme o grau de vulnerabilidade social e econômica das regiões, classes ou grupos sociais. As desigualdades, assim, configuram-se como um condicionante determinante na forma como os efeitos das mudanças climáticas são vivenciados e suportados pelas populações.

Decerto, nenhum território está plenamente preparado para os desdobramentos ecológicos, sejam eles de origem antropogênica ou natural. Todavia, os países periféricos e dependentes do capital internacional, tendem enfrentar de maneira mais aguda os efeitos dessas crises, dadas as fragilidades estruturais em suas políticas econômicas e de proteção social. Conforme aponta Angus (2023), os Estados-nações cujo desenvolvimento econômico e industrial é caracterizado pela subordinação às dinâmicas do capital hegemônicas dos países desenvolvidos contribuem com menos de 1% das emissões globais dos gases de efeito estufa. Por outro lado, as nações de pleno desenvolvimento industrial e econômico são responsáveis por aproximadamente 80% das emissões acumuladas na atmosfera.

Esses dados indicam que a maior parcela do colapso socioambiental é proveniente dos padrões de produção e consumo do bloco de países de capital hegemônico. Embora as nações em desenvolvimento apresentem uma menor parcela na fatia de contribuição para o cenário desastroso em que caminha a sociedade, são as que sofrem mais drasticamente com os efeitos das ações antropogênicas, além de figurarem entre as que menos se beneficiam dos ganhos econômicos oriundos da exploração intensiva dos recursos naturais.

O impasse socioambiental pode ser compreendido como uma complexa teia na qual os modelos de produção e consumo se inter cruzam com as causas socioecológicas manifestadas na realidade concreta enquanto fenômenos sociais. Trata-se de um processo resultante da intensificação das atividades antrópicas sobre a natureza, configurando o que alguns estudiosos do sistema terrestre denominam Antropoceno — uma época de mudança global caracterizada pelo impacto profundo e generalizado da ação humana sobre o planeta, com desdobramentos



ambientais, sociais e econômicos de larga escala.

O antropoceno, assim, constitui-se como uma categoria histórica e política que expressa a inflexão na relação entre o ser humano e a natureza ao longo do processo histórico de consolidação do sistema capitalista, como um modo de ser e existir da sociedade em relação à natureza, fundado na exploração do trabalho e na mercantilização do sistema terrestre para a produção, acumulação e apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (Foster, 2023).

É no metabolismo do próprio capital e em suas crises estruturais que as desigualdades socioeconômicas e ambientais se configuram como expressões orgânicas e indissociáveis da totalidade contraditória que o capitalismo reproduz e da qual se sustenta. São dimensões articuladas à mesma estrutura social e econômica que ao converte o trabalho e a natureza em mercadorias, aprofunda a degradação ambiental e a precarização das condições de vida das populações historicamente subalternizadas (Mészáros, 2011).

Nessa perspectiva, a questão social, revela-se não apenas como um fenômeno das contradições econômicas do capital, mas como uma questão de ordem ambiental, civilizatória e ontológica, expressando disputas entre diferentes projetos societários protagonizados por grupos e classes sociais antagônicos. Apreendê-la em sua totalidade é condição *sine qua non* para o enfrentamento e superação das múltiplas refrações sociais engendradas pela sociabilidade capitalista, exigindo uma leitura crítica das dimensões sociais que ultrapasse as abordagens fragmentadas e imediatistas.

No âmbito do Serviço Social, essa compreensão é fundamental para a consolidação de uma intervenção profissional crítica, não reducionista e comprometida com o bem comum e com a transformação societária — perspectiva que exige a superação dos limites impostos pelo atual projeto societário (Neto, 2021). Desse modo, reconhecer a centralidade da questão social no contexto da crise estrutural do capital, enquanto produto histórico da exploração do trabalho e da expropriação da natureza, permite avançar na reflexão sobre os desafios impostos à profissão, compreendendo que a defesa da ecologia implica a defesa da vida, dos direitos e da dignidade humana. Não pode haver emancipação política, social e econômica em um planeta ecologicamente degradado, pois somos partes constitutiva da natureza, e sua diluição significa a inexistência da vida em todas as suas formas.

Nesse sentido, configura-se como desafio ético-político para o Serviço Social estabelecer a interlocução entre as expressões da questão social e da questão ambiental, considerando a simbiose que as torna orgânicas — a totalidade das contradições do modo de produção capitalista — ,a partir de uma concepção ampliada da questão social, enquanto fenômeno de ordem social, ambiental, econômica e ontológica que incide sobre as classes e grupos sociais subalternizados na sociabilidade capitalista, encontrando nesse intercruzamento as possibilidades de emancipação e autonomia coletiva.



3. O ANTROPOCENO E O TERRITÓRIO POTIGUARA: a expressão local da crise civilizatória

O Antropoceno, como já discutido, refere-se à atual era geológica vivenciada pelo planeta, caracterizada pela ruptura metabólica da relação entre o ser humano e a natureza, período marcado pela potencialização das atividades humanas sobre o sistema terrestre, com o potencial de interferir significativamente na dinâmica e na configuração dos fenômenos naturais. Nas últimas décadas, observa-se a recorrência de eventos climáticos extremos em diversas regiões do mundo, ocasionando impactos que comprometem o curso da vida – especialmente o das populações em situação de maior vulnerabilidade.

Esses fenômenos decorrem de ações antrópicas orientadas por um padrão de produção e consumo — o capitalismo — no qual não se produzem apenas mercadorias, mas, sobretudo, ideologias, e isto diz respeito às formas de vivenciar os conteúdos das relações sociais, modulando o modo de ser e existir da sociedade por meio da subsunção do trabalho. Sob essa perspectiva, o Antropoceno expressa o reflexo da sociabilidade capitalista, constituída sob a lógica do valor e pela sobreposição da ordem econômica sobre a os recursos naturais, de modo que os produtos oriundos da relação homem-natureza são convertidos em mercadorias de forma sistêmica e acelerada.

No capitalismo, o que importa é o lucro a ser gerado. Isso significa que o capital é indiferente ao valor de uso que é produzido ou à forma de produção tomada pelo processo produtivo, desconsiderando as consequências resultantes do modo como a natureza é utilizada para a sua realização. Nessa direção, Paulani (2025) enfatiza que vivemos em um mundo no qual o grande capital — especialmente o capital financeiro — tem transformado a natureza em mercadoria. Assim, florestas e campos são convertidos em vastas áreas de produção agrícola voltadas à geração de mais-valia, em um processo que expropria famílias de seus territórios e desconfigura modos de vida e saberes ancestrais. Mesmo os que não são diretamente expulsos sofrem com os efeitos da deterioração ambiental e da homogeneização produtiva que resultam da dinâmica de acumulação e dominação capitalista.

No território Potiguara do litoral norte da Paraíba, essa lógica assume contornos concretos e profundamente contraditórios. A expansão histórica da indústria têxtil, da monocultura canavieira e, mais recentemente, de empreendimentos ligados a carcinicultura e ao turismo, expressa a incorporação da dinâmica capitalista no território indígena. É necessário destacar que, esse processo ocorre de forma forçada pela via da expropriação e da dominação. Essa lógica adquire grande peso nesta realidade, num sentido ecológico e ontológico, pois provoca a destruição da natureza ao mesmo instante em que ameaça o sentido cosmológico e simbiótico que orienta a relação dos Potiguara com a natureza — uma relação pautada na coletividade e na reciprocidade com a biodiversidade.

No caso Potiguara, o Antropoceno manifesta-se de maneira concreta por meio da reestruturação produtiva imposta pela expansão da monocultura de cana-de-açúcar e da



carcinicultura, provocando intensa degradação ambiental. A sociabilidade capitalista, entretanto, não se limita à reestruturação das cadeias produtivas, mas alcança a esfera ideológica, determinante para a reprodução dos valores e modos de vida que reforçam a lógica da acumulação e mercantilização, projetando o capitalismo como a padrão econômico e social hegemônico a ser seguido.

Essa é a expressão da ruptura metabólica no território Potiguara, desencadeadora da crise socioecológica, ambiental e cultural vivenciada pelos indígenas. Trata-se, portanto, de uma ruptura orgânica entre sociedade e natureza que passa pela abstração do valor de uso dos recursos ecossistêmicos em função da produção, acumulação e valorização do valor. A relação antes simbiótica, passa, a ser mediada pelo capital, no qual os territórios e a cultura ancestral são subordinados às exigências do mercado, uma dinâmica que figura a colonização da subjetividade e da natureza.

Os desdobramentos desse processo configuram-se como um conjunto multifacetado de expressões da questão social, figurados no campo ideológico e na realidade concreta, desde as transformações no modo de ser e existir até os impactos socioambientais resultantes da fissura metabólica plasmada pelo modo de produção capitalista. Aprofundam-se, assim, as desigualdades, cuja expressão se revela na constituição de novas camadas sociais no interior das comunidades indígenas, tensionando as relações coletivas tradicionais e ampliando as contradições geradas pela introdução da lógica capitalista no território.

Observa-se, desse modo, que restritos grupos passam a deter o controle das áreas disponíveis para a agricultura, conformando monopólios orientados pela racionalidade do agronegócio, o que cria as bases materiais para a intensificação das desigualdades sociais, pois é dela que o capitalismo se alimenta e se reproduz. Enquanto alguns prosperam sob o modelo agroexportador, outros veem-se apartados da terra que sustenta sua reprodução social e material, sendo compelidos a converter sua força de trabalho em mercadoria a serviço da acumulação e valorização do capital (Vieira, 2025).

Outra forma de manifestação do Antropoceno no território indígena evidencia-se nos efeitos das mudanças climáticas, que incidem diretamente sobre o modo de vida dos Potiguara. O adensamento do desmatamento e a contaminação dos rios alteram os ciclos naturais afetando atividades como a pesca artesanal, a coleta de alimentos e a agricultura familiar — práticas fundamentais para a reprodução social e cultural das comunidades originárias.

O avanço das marés e a elevação do nível do mar constituem outra expressão concreta da crise civilizatória nas terras indígenas do litoral norte da Paraíba, provocando, há mais de uma década, a erosão das falésias e das residências situadas na faixa litorânea. Esse processo encontra-se em um estágio crítico, comprometendo a principal via de acesso que interliga a Aldeia Forte e demais comunidades Potiguara ao município de Baía da Traição – PB



Fonte: Do autor, 2025.

Muitas famílias da Aldeia Forte têm sido afetadas por esse fenômeno, sendo obrigadas a se realocar em outras comunidades Potiguara — um processo que acarreta perdas materiais e simbólicas e que deteriora os vínculos territoriais e culturais historicamente constituídos. Nos últimos anos, o avanço do mar intensificou-se drasticamente, provocando tremores e a destruição de diversas moradias, o que levou o município de Baía da Traição a decretar estado de calamidade pública no ano de 2024.

Os impactos do colapso socioambiental são sentidos em escala global, mas decerto que as populações historicamente mais vulneráveis — como os povos originários — sofrem de maneira desproporcional os efeitos da crise ecológica, especialmente pela disparidade econômica, fator que se coloca como condição substancial na sociedade capitalista para o acesso aos meios de mitigação e adaptação necessários para enfrentar as refrações das ações antrópicas sobre os ecossistemas.

O caso dos Potiguara reflete com nitidez essa dinâmica, na qual os impactos ambientais se distribuem de forma desigual entre as populações. Embora os grupos historicamente subalternizados não sejam os principais responsáveis pela constituição da crise civilizatória que atinge o planeta, são eles os que experimentam de maneira mais intensa e devastadora os efeitos do Antropoceno. Essa realidade evidencia que as grandes transformações nas estruturas sociais em escala global repercutem nas estruturas locais, incidindo sobre as sociabilidades que constituem os territórios, e consequentemente, aprofundando as expressões da questão social.

A ruptura metabólica que marca a inflexão na relação entre o ser humano e a natureza, mediada pelo capitalismo, está levando a humanidade a caminhar em direção ao precipício, dotada de plena consciência dos riscos, mas que apesar da busca para refrear seus passos, é empurrada por uma força externa que não lhe permite fazer aquilo que seria mais racional, ou seja, parar ou até mesmo mudar a rota. Estamos, portanto, diante de um desastre civilizatório em curso, que põe em risco não apenas a biodiversidade, mas a própria continuidade da vida humana. O capital, nesse sentido, enquanto subproduto lógico da forma mercadoria, constitui-se como essa força externa que tolhe a capacidade racional humana de reagir aos danos que ele



próprio produz. (Paulani, 2025).

A lógica desenvolvimentista do capitalismo, portanto, condensa o movimento contraditório de uma sociabilidade que avança destruindo as bases que a sustenta. Nesse liquidificador chamado humanidade, como expressa Krenak (2020), os grupos sociais historicamente superexplorados e expropriados são reduzidos a meras forças de trabalho, cuja função primordial é a manutenção das engrenagens de produção e acumulação do capital, mesmo defronte do colapso que esse sistema engendra. Assim, o Antropoceno, bem como a crise ecológica civilizatória, revela-se enquanto expressão das contradições propugnadas pelo modo de produção capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão socioambiental configura-se como expressão da crise civilizatória contemporânea, resultante dos desdobramentos do modo de produção capitalista sobre as estruturas sociais, evidenciada na ruptura da relação metabólica entre o ser humano e a natureza. A análise realizada demonstrou que as transformações impulsionadas pelo capitalismo em escala global repercutem nas estruturas locais, incidindo sobre as formas de sociabilidade que constituem os territórios.

As fissuras nas formas tradicionais de ser e existir aprofundam as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que intensificam a degradação ambiental. Nesse sentido, o Antropoceno expressa o reflexo da sociabilidade capitalista, fundada na lógica do valor e pela sobreposição da ordem econômica sobre os recursos ecológicos, no qual os produtos derivados da relação homem-natureza são convertidos em mercadorias de forma sistêmica e acelerada. Assim, o Antropoceno constitui-se como uma categoria histórica, social e política que traduz a inflexão desencadeada pela racionalidade capitalista na relação metabólica entre sociedade e natureza.

No caso Potiguara, o Antropoceno manifesta-se tanto nas transformações dos modos de ser e existir quanto nos impactos socioambientais. A reestruturação produtiva imposta pela monocultura de cana-de-açúcar e pela prática da carcinicultura representa uma expressão local da crise civilizatória, que ultrapassa o campo material e alcança a esfera ideológica, consolidando o capitalismo como o padrão econômico e social hegemônico no território indígena.

Os efeitos das mudanças climáticas demonstrados na elevação do nível do mar sobre as aldeias Potiguara, são outra expressão concreta da crise em curso. Os impactos do colapso ambiental têm acarretado às famílias indígenas perdas materiais e simbólicas, além da deterioração dos vínculos socioterritoriais e culturais historicamente constituídos. Esse quadro evidencia a interdependência entre a crise social e a ambiental, demonstrando que ambas têm origem comum na sociabilidade capitalista e em sua racionalidade.

O desafio que se impõe, portanto, ao Serviço Social é o de compreender a questão social não apenas como um fenômeno das contradições econômicas do capital, mas como uma questão de ordem ambiental, civilizatória e ontológica. Isso requer a apropriação do debate



socioambiental, exigindo uma leitura crítica e totalizante da realidade. Ademais, a emancipação humana depende, necessariamente, da preservação da natureza, pois, enquanto partes constitutivas dela, a destruição ambiental significará a inexistência da vida em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS

ANGUS, I. **Enfrentando o antropoceno: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre** / Ian Angus; tradução Glenda Vicenzi, Pedro Davoglio. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza** / Jonh Bellamy Foster; tradução: João Pompeu — 1. ed. — São Paulo: Expressão Popular, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital**. In: Organização Maria Carmelita Yazbek; Marilda Vilela Iamamoto. **Serviço social na história: América latina, África e Europa** — São Paulo: Cortez, 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2020.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital** / Karl Marx; tradução Rubens Endrele. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra Pompeu. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

NETO, José Paulo. **O Serviço Social e Tradição Marxista**. In: Maria Lúcia Duriguetto, Marilda Vilela Iamamoto (organizadoras.) **Serviço social : questão social, território e política social** — Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

PAULANI, Leda M. **Repensado a economia e a natureza: reflexões sobre economia, meio ambiente e sociedade**. 2025

VIEIRA, Thierry Padilha Freire. **Território e agronegócio: abordagem socioterritorial no contexto Potiguar, litoral norte da Paraíba** / Thierry Padilha Freire Vieira. - João Pessoa, 2025.